



ATA DA 37ª SESSÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB

Aos três dias do mês de fevereiro de dois mil e onze, o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB procede a sua 37ª reunião, com a presença do Sr.º Geraldo Mattos (Representante do Poder Executivo Municipal), da Prof.ª Luiza Dantas Vaz (Representante da Secretaria Municipal de Educação), da Prof.ª Ilka Valéria Oliveira dos Santos (Representante dos Professores da Educação Básica da Rede Pública do Sistema Municipal de Ensino), das Sr.ªs Eliane Dibo do Nascimento e Ilma dos Santos (Representantes dos Servidores Técnico-Administrativos das Escolas da Rede Pública do Sistema Municipal de Ensino), do Prof.º Marcelo Pereira (Representante do Conselho Municipal de Educação), da Sr.ª Rosângela Costa Kelly e dos Sr.ºs Valter Elias de Souza e Silvio Delamar Soares Winovsky (Representantes dos Pais de Alunos da Educação Básica da Rede Pública do Sistema Municipal de Ensino), da Sr.ª Kátia Almeida Mendes (Representante dos Estudantes da Educação Básica da Rede Pública do Sistema Municipal de Ensino), dos Sr.ºs Jaime Pereira de Souza Junior e Flávio Souza de Oliveira (Representantes dos Conselhos Titulares Circunscritos na área do Município do Rio de Janeiro), dos Prof.ºs Rosilene Almeida da Silva e José Eduardo Feitosa Mariani (Representantes do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro – Segmento Professor) e dos Sr.ºs Jalmir Gomes Ribeiro da Silva e Sandra Lúcia das Mercês Burgos (Representantes do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro – Segmento Funcionário) além do Prof.º Mauricio Mendes Pinto (Ex Conselheiro e Ex Presidente do Conselho). Inicia-se a reunião com a apresentação e posse dos novos conselheiros. A seguir Prof.º Mauricio fala da importância da atuação deste Conselho e da necessidade de envolvimento e participação efetiva de todos para que as ações do colegiado de fato tenham impacto na esfera educacional. Prossequindo, diz ser imprescindível realizar um trabalho de esclarecimento junto a seus pares, motivando-os a ter uma atuação mais efetiva e consciente nas unidades escolares das quais fazem parte. Diz, ainda, que é imperativo que os conselheiros façam capacitações para desempenhar com desenvoltura seu exercício e sugere curso oferecido pelo MEC. Relembra também o I Encontro de Conselheiros Municipais de Políticas Públicas do Município do Rio de Janeiro realizado pelo Tribunal de Contas do Município e solicita que na próxima reunião se disponibilize o material distribuído no evento. Informa sobre a reunião com a Promotoria de Justiça de Proteção à Educação da Capital, que acontecerá dia 09 de fevereiro de 2011, às 14hs. Sr.ª Eliane pede à secretária do conselho que após confirmação do local, data e hora repasse por e-mail aos conselheiros estas informações. Prof.º Mauricio informa, ainda, sobre a

transferência de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em atendimento à Resolução CD/FNDE N.º19 de 13 de julho de 2010 que objetiva a recuperação da rede física escolar pública do município do Rio de Janeiro e recomenda que o colegiado acompanhe o andamento desta ação. Prof.^a Luiza diz que a responsável pelo acompanhamento destes recursos é a Prof.^a Hilma Pinto Saliba (Assessora da Coordenadoria de Planejamento/Captação de Recursos) e recomenda que numa próxima reunião seja convidado o Prof.^o Claudio Barreiro Massa, Coordenador da Coordenadoria de Infraestrutura, e que está acompanhando a execução das obras, para apresentar planilha referente ao andamento das mesmas. Dando sequência à reunião, comenta-se sobre a dissonância existente entre o calendário de eleição deste Conselho com a eleição dos Conselhos Escola-Comunidade (CECS) e as dificuldades decorrentes deste interstício de tempo. Em seguida, abre-se espaço para falar sobre a atuação dos CECS, e Prof.^a Ilka diz que muitas vezes não existe campo para atuar de modo adequado nos Conselhos Escola-Comunidade e ressalta que é uma área a ser conquistada. Sr.^a Ilma expõe sua preocupação com o que acontece com o segmento que representa (funcionário), pois o mesmo está se extinguindo por conta da terceirização nos serviços de limpeza e confecção de alimentos nas escolas. Se os funcionários que ainda estão nas unidades escolares não tiverem comprometimento e não quiserem se envolver, será muito difícil o trabalho até então realizado nos CECS e no próprio Conselho do FUNDEB, por isto considera importante que as eleições sejam concomitantes. Prof.^o Mauricio reforça que a luta é de todos que desejam uma escola de qualidade. Acrescentando, Prof.^a Ilka diz que o trabalho desenvolvido nos CECS deve ser um chamamento ao exercício da cidadania. Fazer parte do CEC é ter a voz de seu segmento ouvida nas várias esferas do poder público. Sr.^o Silvio relata, então, a dificuldade existente de fazer com que a representação dos pais seja ouvida nas próprias escolas pois, segundo ele, esta representatividade não é compatível com o número de pais da rede, além de ser praticamente impossível reuni-los para discutir os problemas existentes e avaliar prováveis soluções, diante do tempo escasso e dos compromissos cotidianos. Prof.^a Luiza entende que esta questão é relevante, não se atém apenas aos Conselhos Escola-Comunidade, mas a outros conselhos também, e deve ser debatida com a Coordenadoria de Gestão e Governança para que se melhore a atuação de todas as representatividades. Lembra que as atas são disponibilizadas através do link do FUNDEB no sítio oficial da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Sr.^a Kátia registra seu depoimento de que nas escolas onde atua como representante do CEC (segmento aluno) e onde suas filhas estudam tem voz e ação. Prof.^o Mauricio diz que tem que começar por nós fazer com que os CECS tenham uma atuação mais efetiva. De modo geral, todos concordam que na prática esta luta não é fácil. Outro depoimento dos obstáculos enfrentados de se fazer ouvir e atuar numa rede da grandeza da rede municipal da cidade do Rio de Janeiro foi da Sr.^a Rosilene. Sr.^o Flávio compartilha suas dificuldades em atender as demandas do Conselho Tutelar reforçando a idéia de que a questão da representatividade é um problema geral. Em contraste com os depoimentos relatados até então, Sr.^a Rosângela fala da sua experiência positiva como representante do CEC, inclusive

declara que tanto na unidade escolar quanto na Coordenadoria de Educação em que atua as portas estão sempre abertas para se fazer ouvir e prontas para trabalhar em conjunto visando o bem maior de todos. Sr.^o Jaime fala sobre a relevância da informação neste trabalho e ressalta que a multiplicação do que ocorre nos conselhos é de responsabilidade do grupo que representa os segmentos existentes. Precisando ausentar-se Prof.^o Mauricio agradece o espaço cedido e se coloca à disposição de todos para qualquer esclarecimento. Sr.^a Ilma solicita que seja elaborada uma lista contendo nome, telefone, e-mail, escola e segmento a qual pertence cada conselheiro e disponibilizada a todos, sendo a sugestão acatada pelos presentes. Prof.^a Luiza propõe que na próxima reunião haja eleição para presidente e vice-presidente uma vez que todos já se conhecem e a eleição pode ser realizada de modo criterioso. Com a palavra Sr.^o Geraldo discorre sobre as atribuições do conselho, especificamente sobre a apreciação das contas do Fundo levando em consideração o resultado social dos recursos. Geralmente convida-se a Contadora Geral da Contadoria Geral do Município do Rio de Janeiro para apresentar e dirimir quaisquer dúvidas existentes sobre a Prestação de Contas dos recursos oriundos do FUNDEB. Esclarece, ainda, que o objetivo do conselho é examinar a prestação de contas e emitir parecer cujo prazo, para este fim, extingue-se em 25 de fevereiro de 2011. Observa que o colegiado tem acesso a instituições de Controle Interno e Externo para auxiliá-los. Sr.^a Eliane lembra a todos de decisão anterior deste conselho de que os balancetes deveriam ser distribuídos mensalmente o que facilitaria em muito o trabalho dos conselheiros, o que não ocorreu, por problemas internos, e solicita que de agora em diante isto seja colocado em prática. Sr.^o José Eduardo questiona porque não vem discriminado nos contracheques o percentual dos recursos do FUNDEB e do Tesouro Municipal que constitui o salário. É respondido que numa rede tão grande como a do município do Rio é impraticável discriminar todos os valores que compõe o contracheque. Prof.^a Luiza responde também que na prestação de contas que será apresentada se verificará facilmente estes percentuais. Além disso, informa que não há nenhuma dificuldade em disponibilizar os balancetes elaborados pela Contadoria e que a prestação de contas nada mais é do que a consolidação de todos estes balancetes. Aproveitando a oportunidade, os conselheiros reiteram o pedido da Sr.^a Eliane e pedem que sejam encaminhados por e-mail os balancetes referentes ao ano base de 2010 para que todos se familiarizem com as contas que lhes serão apresentadas. Prof.^o Marcelo se apresenta ao grupo, e concorda com a necessidade de capacitação para todos os conselheiros a fim de que tanto a análise técnica quanto a de resultados sociais sejam feitas de modo acertado. Prof.^a Luiza reforça a solicitação do Prof.^o Mauricio de que os documentos do I Encontro de Conselheiros Municipais de Políticas Públicas do Município do Rio de Janeiro realizado pelo Tribunal de Contas do Município sejam distribuídos aos conselheiros. Ficam marcadas para o dia 15/02/2011 e 24/02/2011, respectivamente, às 11hs, as próximas reuniões do colegiado e define-se que a pauta compreenderá as eleições para presidente e vice-presidente do colegiado e possibilidade de ministração de cursos de capacitação pelo Tribunal de Contas do Município. Por último, Sr.^o Jaime pergunta se existe viabilidade de que as reuniões do conselho sejam acompanhadas

por algum advogado do município. Prof.^a Luiza responde não existir disponibilidade por parte da Procuradoria de enviar advogados para acompanhar sistematicamente as reuniões, entretanto podem-se encaminhar para eles quaisquer dúvidas existentes no curso do mandato. E, por nada mais haver a declarar, eu, Rosana Costa, matrícula 10/116.148-8, lavro a presente ata, que será assinada por mim e pelos Conselheiros na folha de presença, em anexo.

Rio de Janeiro, 03 de fevereiro de 2011

Rosana Costa
Matrícula 10/116.148-8